



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO – SPGG/RS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

GABARITOS DEFINITIVOS E JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

Divulgamos os Gabaritos Definitivos da Prova Teórico-objetiva, que ocorreram no município de Porto Alegre/RS, no dia **21/10/2018**, domingo, no turno da tarde, e as Justificativas para Manutenção ou Alteração de Gabaritos Preliminares.

1 GABARITOS DEFINITIVOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	D	B	D	A	E	B	A	B	D	B	E	C	*	A	C	C	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	E	D	*	B	A	D	C	B	A	A	E	B	C	D	B	C	B	E	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	E	E	C	A	B	C	*	B	E	C	D	D	D	B	A	D	A	C	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	D	B	C	E	B	D	E	A	C	E	D	B	E	A	D	C	C	D	A
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
A	E	B	B	*	A	B	A	D	E	C	A	C	A	D	D	D	E	B	B

2 JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO
OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital de Abertura 01/2018 que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ANALISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 04 – MANTIDA alternativa B. A questão solicitava que fossem analisadas as três propostas de alterações em segmentos textuais. Relativamente à assertiva II - Supressão de 'muitas vezes' (I. 20)., a banca afirma que a assertiva está correta, visto que o questionamento - Quais das propostas alteram o sentido original dos respectivos contextos de ocorrência? - efetivamente se confirma. A supressão de 'muitas vezes' implica, do ponto de vista do sentido, alteração no contexto de ocorrência.

QUESTÃO 05 – MANTIDA alternativa D. A questão solicitava que, sobre formas verbais no texto, fossem avaliadas as afirmações I, II e III. Relativamente à assertiva I - Caso suprimíssemos a partícula 'se' em esquecer-

se (l. 03), nenhuma outra alteração, visando à correção do período, seria necessária. A afirmação está incorreta, visto que, nesse caso tem-se o verbo esquecer em sua forma pronominal, exigindo, pois, o uso da preposição 'de'. Observe-se o contexto: 'o espírito empreendedor muitas vezes esquece-se de que planejar (l. 03)'. Ao ser retirada a partícula 'se', por força de regra, a preposição também deveria ser suprimida. (Dicionário de Regência Verbal, Luft).

QUESTÃO 07 – MANTIDA alternativa E. A questão solicitava que relativamente ao período: 'Quando o único objetivo é gerar lucro, perde-se de vista o potencial que a empresa tem para gerar valor para a sociedade, para incrementar a economia e para trazer novas soluções para o mercado.' fossem avaliadas as assertivas I, II e III. No que concerne à assertiva I - A primeira oração, uma subordinada adverbial, introduz circunstância de tempo ao período. A inferência atribuída ao conector 'Quando' de que ele poderia carregar em si a ideia de condições, no mínimo, interfere na construção semântica da frase em que está inserido, uma vez que é possível afirmar que ali poder-se-ia afirmar que a expressão 'No momento em que' (de cunho eminentemente temporal) produziria a mesma ideia temporal, assim como "Desde que". Desta feita, há de se observar mudança no sentido global, o qual seria afetado caso a aceitação de um nexos condicional fosse proposto. Soma-se a isso a ideia de que os nexos condicionais registram consigo, ainda, a ideia de hipótese (Cegalla, Bechara), fato que se opõe à ideia do texto. Portanto, não se pode tratar um nexos sem observar o contexto, sem observar a ideia que exprimem quando em uso, e, também, ater-se a um dos conectivos dentre as variadas possibilidades que se tem. Ainda, importante frisar que, conforme Bechara, a oração condicionar exprime um fato que não se realizou ou, com toda a certeza, não se realizará - fato que contraria o que se tem no contexto com o uso da conjunção temporal. Quanto à assertiva III - As três orações iniciadas por 'para', devidamente sublinhadas, são classificadas como reduzidas, introduzindo no período circunstância de finalidade, estando as duas últimas coordenadas entre si. As orações indicadas como reduzidas não poderiam ser consideradas completivas nominais visto que, para que isso ocorresse, deveriam ser preposicionadas. Por definição, orações completivas nominais são espelhadas no complemento nominal, cuja estrutura obriga-se ao uso da preposição. Em caso de redução de uma completiva nominal, ocorre a supressão do conectivo 'que', a manutenção da preposição e a flexão do verbo em uma das formas nominais.

QUESTÃO 09 – MANTIDA alternativa A. A questão solicitava que, sobre o uso de pontuação no segundo parágrafo do texto, fossem avaliadas as afirmações I, II e III, assinalando V, se verdadeiro, ou F, se falso. Relativamente à segunda afirmação: "As aspas (l. 07 e 09) têm a função de marcar uma citação textual", fazem-se as seguintes considerações: segundo Cegalla, Pág. 434, 'Usam-se aspas, antes e depois de uma citação textual (palavra, expressão, frase ou trecho). Observe-se que, no contexto de ocorrência, a autoria do que está entre aspas localiza-se no mesmo parágrafo – Guilherme Barbassa, especialista em estratégia empresarial e CEO da Stratec -, portanto, a fonte das palavras que estão salientadas está devidamente identificada.

MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA

QUESTÃO 14 – MANTIDA alternativa C. Recurso indeferido, pois o texto apresentado pelo recurso tem um erro de argumentação quando afirma que a proposição P3: Nego que Ana é economista e coordena o programa estadual [...] A partir da negação em P3 temos as verdades: ANA NÃO É ECONOMISTA ANA NÃO COORDENA O PROGRAMA ESTADUAL. O correto é dizer que a partir de: Nego que Ana é economista e coordena o programa estadual [...] Temos que analisar a negação em P3 que avalia uma disjunção, portanto temos a verdade: ANA NÃO É ECONOMISTA **ou** ANA NÃO COORDENA O PROGRAMA ESTADUAL. O que permite deduzir por P1 que Ana não revisou o balancete e que Ana não coordena o programa estadual.

QUESTÃO 15 – ANULADA. Recurso deferido, as alternativas C e D são sentenças categóricas equivalentes, e são solução para a solicitação descrita no enunciado. Afirmar que: Nenhum não tem a propriedade P é equivalente lógico de Todos tem a propriedade P. A questão solicita a equivalente lógica da negação da existência de não ter a propriedade P.

QUESTÃO 16 – MANTIDA alternativa A. O intervalo de resultados possíveis varia de zero a cinco. Assim sendo, pela distribuição normal, é possível calcular as probabilidades de X assumir os valores 2 e 4. Sendo respectivamente os valores 0,346 e 0,077, gabarito A.

QUESTÃO 18 – MANTIDA alternativa C. O uso da palavra "determinada" serve apenas para mostrar que a probabilidade condicional deve ser calculada em cima daquele cujo resultado é conhecido e em nada afeta a forma de calcular o valor da probabilidade.

QUESTÃO 19 – MANTIDA alternativa B. O próprio texto do recurso está errado, não é a medida e sim a média. Para ser verdadeira, a frase tem que servir para todos os casos e não é o que acontece, a verdadeira medida de tendência central que divide o conjunto de dados ao meio é a MEDIANA e não a média.

QUESTÃO 20 – MANTIDA alternativa D. O texto deixa claro que é da população, pois usa a frase "desvio padrão conhecido". Se fosse da amostra, seria desvio padrão calculado ou estimado. Conhecido se refere à população.

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 21 – MANTIDA alternativa C. Trata-se de recursos buscando a anulação e reforma da questão n.º 21, apontando-se, no aspecto formal, a exorbitância da matéria editalícia e, no mérito, impropriedade e dubiedade dos enunciados. Todavia, verifica-se que a matéria objeto do questionamento está expressamente prevista no edital, no tema relativo aos atos administrativos. Por outro lado, verifica-se que a única alternativa correta é letra C. Cumpre lembrar que, consoante a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores, a revogação abrange a revisão do mérito administrativo e não pode ser realizada pelo Poder Judiciário. Além disso, não é possível a anulação de ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade, mas sim em razão de violação da ordem jurídica. A convalidação, por sua vez, não pode ser realizada pelo Poder Judiciário no exercício da sua função jurisdicional. Por tais razões, deve ser mantida a questão. NEGA-SE provimento aos recursos interpostos.

QUESTÃO 23 – MANTIDA alternativa D. Trata-se de recursos buscando a anulação e reforma da questão n.º 23 em razão da existência de possível conflito entre assertivas corretas. Todavia, verifica-se que a única hipótese a contemplar ato que causa lesão é referida, expressamente, na assertiva D, equivalente ao art. 10, XIX, da Lei 8429/92. As demais hipóteses não são consideradas, pela lei, como lesão ao erário. Assim, nega-se provimento aos recursos. Questão mantida.

QUESTÃO 24 – ANULADA. A questão envolve a Lei Estadual nº 13.421/2010, que institui a Carreira de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão. A mencionada lei foi alterada, portanto, o gabarito gerou dubiedade na resposta, podendo ser considerada correta tanto a alternativa A quanto a E. Em razão disso, a questão será anulada.

QUESTÃO 28 – MANTIDA alternativa C. Trata-se de recurso em face da questão n. 28. Verifica-se, porém, a ausência de qualquer desacerto no gabarito já que as assertivas corretas contemplam os incisos XXIII e XXIV do art. 84 da CF. Assim, nega-se provimento ao recurso interposto. Questão mantida.

QUESTÃO 29 – MANTIDA alternativa B. Trata-se de recurso que desafia a questão n.º 29. Verifica-se que a questão em análise traz as disposições do art. 60 da CF. Apenas a assertiva III representa fielmente um requisito específico para a emenda constitucional. Assim, nega-se provimento ao recurso interposto. Questão mantida.

QUESTÃO 30 – MANTIDA alternativa A. Trata-se de recurso em face da questão n.º 30. A única alternativa que contempla fielmente princípio da ordem econômica previsto expressamente na CF é aquele indicado na letra A. As demais alternativas não tem amparo no texto constitucional, o que não é infirmado pelo recurso interposto. Assim, nega-se provimento ao recurso. Questão mantida.

MATÉRIA: GOVERNANÇA E GESTÃO

QUESTÃO 32 – MANTIDA alternativa E. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.2. Administração Pública, do edital desse concurso. Os candidatos ponderaram apenas o Item I, considerando-o como errado. O Item I, dessa questão, está correto ao afirmar o seguinte: "O Tribunal de Contas da União (TCU), como órgão de controle externo, tem competência para: I. Emitir parecer sobre as contas prestadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)". As competências constitucionais e privativas do TCU estão estabelecidas nos artigos 33, §2º, 70, 71, 72, §1º, 74, §2º e 161, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988 e outras leis específicas trazem em seu texto atribuições conferidas ao Tribunal. Entre essas estão a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000 - LC 101/2001), a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e, anualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LC 101/2001, em seus Art 56, 57 e 59 estabelece que o poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, como por exemplo, a emissão de parecer sobre as contas da União, realizadas

pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal (Art 56 §1º, item I), no prazo de sessenta dias do seu recebimento (Art 57). Outros detalhes podem ser obtidos na Constituição Federal de 1988, LC 101/2001 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 35 – MANTIDA alternativa D. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso. Os candidatos ponderaram apenas o Item I, considerando-o como correto. O Item I, dessa questão, está errado ao afirmar o seguinte: "I. Um EGP gerencia as execuções, restrições e recursos alocados para projetos individuais, tais como escopo, cronograma, custo e qualidade.". Conforme constante no Guia PMBOK 6ª Edição, o Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) ou Project Management Office (PMO) é uma estrutura de gerenciamento que padroniza os processos de governança relacionados com o projeto e facilita o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas e técnicas. A principal função de um EGP é apoiar os Gerentes de Projetos de diversas formas que podem incluir, mas não está limitada a:

- Gerenciar recursos compartilhados em todos os projetos administrados pelo EGP;
- Identificar e desenvolver metodologia, práticas recomendadas e padrões de gerenciamento de projetos;
- Orientar, aconselhar, treinar e supervisionar;
- Monitoramento da conformidade com os padrões, políticas, procedimentos e modelos de gerenciamento de projetos por meio de auditorias;
- Desenvolvimento e gerenciamento de políticas, procedimentos, modelos e outros documentos compartilhados do projeto (ativos de processos organizacionais); e
- Coordenar as comunicações entre projetos.

Já o Gerente de Projeto é a pessoa designada pela organização executora para liderar a equipe responsável por alcançar os objetivos do projeto. Ele lidera a equipe do projeto para atender aos objetivos do mesmo e às expectativas das partes interessadas. O Gerente de Projetos trabalha para equilibrar as restrições que atuam sobre o projeto com os recursos disponíveis. Em muitos casos, o Gerente de Projetos pode ser um dos vários Gerentes de Projetos subordinados a um EGP, responsável, em última análise, por um ou mais projetos de toda a organização. As habilidades estratégicas e de negócios ajudam o Gerente de Projetos a determinar quais fatores de negócio devem ser considerados para o seu projeto. O Gerente de Projetos determina como esses fatores estratégicos e de negócios podem afetar o projeto e também compreender a inter-relação entre o projeto e a organização. Esses fatores incluem, por exemplo:

- Riscos e problemas;
- Implicações financeiras;
- Análise de custos vs. benefícios;
- Valor de negócio;
- Expectativas e estratégias para a realização de benefícios; e
- Escopo, orçamento, cronograma e qualidade.

Os Gerentes de Projetos e os PMOs buscam objetivos diferentes, cujas diferenças de papéis podem incluir as seguintes características:

- O Gerente de Projetos se concentra nos objetivos especificados no projeto, enquanto o PMO gerencia as principais mudanças do escopo do programa, que podem ser vistas como possíveis oportunidades para melhor alcançar os objetivos de negócio;
- O Gerente de Projetos controla recursos alocados para o projeto, a fim de melhor atender aos seus objetivos, enquanto o PMO otimiza recursos organizacionais compartilhados entre todos os projetos;
- O Gerente de Projetos gerencia restrições (escopo, cronograma, custo, qualidade, etc.) dos projetos individuais, enquanto o PMO gerencia as metodologias, padrões, riscos/opportunidades globais, as métricas e independências entre os projetos, no nível da empresa.

Outros detalhes podem ser obtidos Guia PMBOK 6ª Edição.

Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 37 – MANTIDA alternativa C. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso. Os candidatos pleiteiam que a resposta correta também pode ser a letra A) Liderança, o que está errado. Liderança diz respeito ao conhecimento, habilidades e comportamentos necessários para orientar, motivar e dirigir uma equipe, para ajudar a organização a atingir suas metas de negócio. Dito de outra forma, liderança é a capacidade de executar por meio de outros. A liderança pode

incluir a demonstração de capacidades essenciais como negociação, resiliência e comunicação, dentre outras. As qualidades e as habilidades de um líder incluem, por exemplo, as seguintes características:

- Ser um visionário (ou seja, ajudar a descrever os produtos, metas e objetivos do projeto; ser capaz de sonhar e traduzir os sonhos a outras pessoas);
- Ser otimista e positivo;
- Ser colaborativo;
- Gerenciar relacionamentos e conflitos por meio da aplicação de habilidades de persuasão, negociação, compromisso e resolução de conflitos;
- Dedicar tempo suficiente comunicando-se;
- Manutenção de uma conduta de respeito (ajudar os outros a manter suas autonomias), ser cortês e amigável, gentil, honesto, confiável, leal e ético;
- Demonstração de integridade e sensibilidade cultural, coragem, capacidade de solucionar problemas e toma de decisão.

Já a negociação é uma estratégia de deliberação com as partes sobre os interesses em comum ou divergentes, visando o compromisso de se chegar a um acordo. Essa habilidade interpessoal é usada para obter apoio ou acordo que apoia o trabalho do projeto ou seus resultados e para solucionar conflitos dentro da equipe ou com outras partes interessadas. Negociação diz respeito às seguintes características:

- Analisar a situação;
- Diferenciar entre desejos e necessidades, tanto dos stakeholders como os seus;
- Focar nos interesses e questões ao invés de posições;
- Solicitar muito e oferecer pouco, mas ser realista;
- Ao fazer uma concessão, haja como quem concede algo de valor, não simplesmente ceda.

Outros detalhes podem ser obtidos Guia PMBOK 6ª Edição.

Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 38 – MANTIDA alternativa B. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso. Os candidatos não apresentam ponderação a respeito do conteúdo da questão, mas apenas desejam a sua anulação por considerarem que ela não está devidamente tipificada no edital. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso, que referencia, explicitamente, Métodos Ágeis. Dentre as metodologias ou frameworks ágeis utilizados no mercado, o SCRUM é uma das mais utilizados no desenvolvimento de projetos de software. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 39 – MANTIDA alternativa E. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso. Os candidatos ponderaram apenas o Item III, afirmando que o mesmo está incorreto. O Item III, dessa questão, está correto ao afirmar o seguinte: "III. São valores fundamentais do Scrum: comprometimento, coragem, foco, transparência e respeito.". Esses são valores fundamentais do SCRUM e o sucesso no uso desse framework depende das pessoas se tornarem mais proficientes na vivência destes cinco valores. Quando tais valores são incorporados e vividos pelo Time Scrum, os seus pilares tornam-se vivos e constroem a confiança para todos. Os membros do Time Scrum aprendem e exploram estes valores à medida que trabalham com os eventos, papéis e artefatos do SCRUM. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 40 – MANTIDA alternativa E. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso. Alguns candidatos não apresentaram ponderação a respeito da questão, mas apenas desejam a sua anulação por considerarem que ela não está devidamente tipificada no edital. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.4. Gestão de projetos públicos, do edital desse concurso, que referencia, explicitamente, Métodos Ágeis. Dentre as metodologias ou frameworks ágeis utilizados no mercado, o SCRUM é uma das mais utilizados para gerenciar projetos de software. Outros questionam a questão de Inspeção e Adaptação. Segundo o Guia do Scrum - Um guia definitivo para o Scrum: As regras do Jogo, o SCRUM prescreve quatro eventos formais para inspeção e adaptação:

- Planejamento da Sprint (Sprint Planning)
- Reunião diária (Daily Scrum)
- Revisão da Sprint (Sprint Review)
- Retrospectiva da Sprint (Sprint Retrospective)

Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 42 – MANTIDA alternativa E. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.5. Gestão da informação, do edital desse concurso. O Art. 24, da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, deixa claro e de forma explícita, em seu § 1º, que os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

- I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;
- II - secreta: 15 (quinze) anos; e
- III - reservada: 5 (cinco) anos.

Segundo essa Lei, em seu Art. 35, o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta poderá ser prorrogado, sempre por prazo determinado, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24, ou seja, por deliberação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, uma informação classificada como ultrassecreta poderá ser novamente classificada, de acordo com o Art. 24, por um prazo máximo, de 25 anos. Ou seja, o prazo máximo de restrição para esse tipo de informação é de 25 anos. Deve-se observar, especificamente cada classificação, como previsto no Art. 24, não devendo-se considerar a somatória de 25 + 25 anos, o que está errado. Outros detalhes podem ser obtidos na Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 43 – MANTIDA alternativa E. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.5. Gestão da informação, do edital desse concurso. O Decreto Estadual nº 53.523/2017 instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Estadual. Nesse Decreto, o seu Art. 2º, apresenta, de forma clara e explícita, o seguinte entendimento a respeito de dado acessível ao público: "qualquer dado gerado ou armazenado pela Administração Pública Estadual que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso.". O fato de complementar essa afirmação com o texto "nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 49.111, de 16 de maio de 2012" não altera ou muda o conceito ou entendimento de dado acessível ao público. Outros detalhes podem ser obtidos no Decreto Estadual nº 53.523/2017, de 03 de maio de 2017. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 44 – MANTIDA alternativa C. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.5. Gestão da informação, do edital desse concurso. A Portaria nº 9, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), de 15 de março de 2018, conceitua, respectivamente, em seus itens 4.4, 4.7 e 4.14, os seguintes termos:

- 4.4 Confidencialidade: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada a pessoa, sistema, órgão ou entidade não autorizado nem credenciado;
- 4.7 Disponibilidade: propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade;
- 4.14 Integridade: propriedade pela qual se assegura que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental.

A questão é clara ao informar os candidatos que os documentos foram incinerados indevidamente, sendo que deveriam ter sido mantidos à disposição das autoridades competentes e do público em geral, por não serem classificados e não terem nenhuma restrição de acesso, ou seja, qualquer pessoa poderia acessar tais documentos, pois eles não tinham nenhum grau de sigilo. Portanto, o fato da destruição indevida de tais documentos não violou o princípio básico da segurança da informação chamado "confidencialidade". Nesse caso, pode-se afirmar o seguinte, a respeito das assertivas sobre a violação dos princípios básicos da segurança da informação:

- I. Integridade: afirmativa correta. Houve violação da integridade, pois os documentos, contendo informações, foram destruídos de maneira não autorizada.

II. Disponibilidade: afirmativa correta. Houve violação da disponibilidade, pois os documentos contendo informações, não estão mais acessíveis e nem utilizáveis sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade.

III. Confidencialidade: afirmativa errada. Não houve violação da confidencialidade, uma vez que tais documentos poderiam ser acessados por qualquer pessoa, pois eles não tinham nenhum grau de sigilo.

Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 45 – MANTIDA alternativa A. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.5. Gestão da informação, do edital desse concurso. Os candidatos solicitaram a anulação da questão por julgarem não estar previsto no edital. Ao contrário do afirmado por tais candidatos, o mecanismo de hash é uma das tecnologias mais utilizadas para garantir a propriedade básica da segurança da informação chamada integridade, assim como na operacionalização da assinatura digital, todas devidamente previstas no item 4.5. Gestão da informação, do edital desse concurso, especificamente nos tópicos "Segurança da Informação: fundamentos, ameaças, políticas de segurança e auditoria (definição, implantação e gestão), assinatura e certificação digital". A colocação de que sequência alfanumérica apresentada terminar com " = " pode-se caracterizar também uma chave privada do certificado digital não tem o mínimo fundamento técnico. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 48 – ANULADA. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.7. Governança pública, do edital desse concurso. Alguns candidatos ponderaram a questão quanto à exclusão da Secretaria-Geral de Governo e a inclusão da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, por meio da Lei nº 14.984, de 16 de janeiro de 2017, o que não foi levado em consideração na montagem da questão, tornando-a incorreta. Outros detalhes podem ser obtidos no endereço eletrônico <<http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1485260537LEI_14.984___altera_secretarias_2017.pdf>>. Em consequência, não há alternativa que responde corretamente à questão. Há razões técnicas que justificam a anulação desta questão. RECURSO DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA.

QUESTÃO 49 – MANTIDA alternativa B. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.8. Gestão por resultados, do edital desse concurso. Segundo o Art. 12 e seu Parágrafo único, do Decreto nº 52.567/2015, os expedientes administrativos associados à execução dos projetos prioritários terão tramitação prioritária nas Secretarias Estaduais e demais órgãos e entidades da administração indireta, quando identificados com Selo para essa finalidade. O Selo de Tramitação Prioritária consiste em etiqueta autoadesiva numerada, aplicada na capa e na lombada dos expedientes administrativos. Dito de outra forma, a etiqueta autoadesiva deve ser fixada na capa e na lombada dos expedientes administrativos dos projetos prioritários, para terem tramitação prioritária. Um dos recursos deseja a anulação da questão por considerar que a questão perde sentido ao utilizar a palavra "fixação" em vez de "aplicação", ou seja, a questão somente estaria correta se fosse utilizado o texto "Aplicação de etiqueta autoadesiva numerada na capa e lombada, chamada de "Selo de Tramitação Prioritária" em vez "Fixação de etiqueta autoadesiva numerada na capa e lombada, chamada de "Selo de Tramitação Prioritária". Essa banca considera descabida a ponderação e discorda completamente da colocação, bastando, para isso, ver nos dicionários renomados, como, por exemplo, nos Dicionário Michaelis e Aurélio, que o significado de fixar e aplicar, no contexto de uma etiqueta autoadesiva, é o mesmo. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 52 – MANTIDA alternativa D. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.12. Governança e Gestão de TIC, do edital desse concurso. Os candidatos não questionaram o conteúdo da questão, mas solicitam a sua anulação pelos seguintes motivos: (1) consideraram que o Decreto nº 7.579/2011 não está previsto no edital do concurso; (2) o candidato não tem obrigação de saber o que é empresa pública ou de sociedade de economia mista; e (3) por não conseguir identificar o tema a ser estudado por falta de previsão do Decreto a ser estudado e pela pouca informação acerca do que significaria a expressão "SISP" no edital. Transcreve-se, a seguir, o item 4.12. Governança e Gestão de TIC: "Estratégias de Governança e de Transformação Digital (globais, nacionais e regionais); Marco Civil da Internet; Governo Digital: SISP, E-Ping, E-Mag e FACIN; Política de TIC do RS: Decreto Estadual nº 52.616/2015; Padrões de Governança da Política de

TIC do RS (tic.rs.gov.br); Arquitetura Digital de TIC do RS; SUSTENTARE: Decreto Estadual nº 53.307/2016.". Nesse item consta de forma clara e explícita "Governo Digital: SISP", sendo que o SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação), do Poder Executivo Federal, é regulamentado pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011. Nesse Decreto consta no Parágrafo único, do Art 1º, que é facultada às empresas públicas e às sociedades de economia mista a participação no SISP. Cabe ao candidato interpretar corretamente, conhecer e saber o normativo legal, especialmente ao se falar de empresas, órgãos e instituições, tendo-se utilizado, para facilitar a resolução da questão, as gaúchas mais renomadas, como é o caso do Bannisul e Procergs. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 53 – MANTIDA alternativa D. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.12. Governança e Gestão de TIC, do edital desse concurso. Os candidatos não questionaram o conteúdo da questão, mas solicitam a sua anulação devido à questão não referenciar o exato local onde se encontra o documento Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (ePING). Transcreve-se, a seguir, o item 4.12. Governança e Gestão de TIC: "Estratégias de Governança e de Transformação Digital (globais, nacionais e regionais); Marco Civil da Internet; Governo Digital: SISP, E-Ping, E-Mag e FACIN; Política de TIC do RS: Decreto Estadual nº 52.616/2015; Padrões de Governança da Política de TIC do RS (tic.rs.gov.br); Arquitetura Digital de TIC do RS; SUSTENTARE: Decreto Estadual nº 53.307/2016.". Nesse item consta de forma clara e explícita "Governo Digital: E-Ping", sendo que o E-Ping é regulamentado pela Portaria SLTI/MP nº 92/2014. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 54 – MANTIDA alternativa D. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.12. Governança e Gestão de TIC, do edital desse concurso. Os candidatos não questionaram o conteúdo da questão, mas solicitam a sua anulação por não ter sido referenciado a versão do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), utilizado na prova. Transcreve-se, a seguir, o item 4.12. Governança e Gestão de TIC: "Estratégias de Governança e de Transformação Digital (globais, nacionais e regionais); Marco Civil da Internet; Governo Digital: SISP, E-Ping, E-Mag e FACIN; Política de TIC do RS: Decreto Estadual nº 52.616/2015; Padrões de Governança da Política de TIC do RS (tic.rs.gov.br); Arquitetura Digital de TIC do RS; SUSTENTARE: Decreto Estadual nº 53.307/2016.". Nesse item consta de forma clara e explícita "Governo Digital: E-Mag", sendo que o E-Mag foi institucionalizado em 2007, por meio da Portaria nº 3, de 7 de maio, da SLTI, do Ministério do Planejamento, estando, atualmente em sua versão 3.1, que foi utilizada como base na elaboração dessa questão. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 55 – MANTIDA alternativa B. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.12. Governança e Gestão de TIC, do edital desse concurso. Transcreve-se, a seguir, o item 4.12. Governança e Gestão de TIC: "Estratégias de Governança e de Transformação Digital (globais, nacionais e regionais); Marco Civil da Internet; Governo Digital: SISP, E-Ping, E-Mag e FACIN; Política de TIC do RS: Decreto Estadual nº 52.616/2015; Padrões de Governança da Política de TIC do RS (tic.rs.gov.br); Arquitetura Digital de TIC do RS; SUSTENTARE: Decreto Estadual nº 53.307/2016.". Nesse item consta de forma clara e explícita "Marco Civil da Internet", cujos princípios, garantias, direitos e deveres constam na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. No CAPÍTULO III, Seção I, dessa Lei, é tratada a Neutralidade de Rede, que é caracterizado em seu Art 9º, da seguinte forma: "O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.". O enunciado dessa questão foi formulado da seguinte forma: "O Marco Civil da Internet, criado por meio da Lei nº 12.965/2014, tem como um de seus princípios básicos o fato de que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma igual quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. Isso significa, na prática, que todas as informações que trafegam na rede devem ser tratadas da mesma forma, navegando à na mesma velocidade, sendo ilegal o uso de recursos como, por exemplo, traffic shaping. Esse princípio básico do Marco Civil da Internet chama-se:". Como se pode observar, comparando-se, acima, a Lei com o enunciado da questão, vê-se ele foi construído rigorosamente baseado na Lei nº 12.965/2014, tendo sido enriquecido com o detalhe traffic shaping, para facilitar a sua resolução. O enunciado da questão está completamente aderente ao texto da Lei. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

QUESTÃO 57 – MANTIDA alternativa D. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 4.11. Inovação no setor público, do edital desse concurso. Os conceitos de Realidade Aumentada (RA) e Internet das coisas (IoT) são bastante distintos. Realidade Aumentada (RA) diz respeito a experiências interativas de um mundo real, onde objetos que residem no mundo real são "acentuados" por informação perceptiva criada por computadores, incluindo detalhes visuais, auditivos, etc., como, por exemplo o jogo "Pokémon Go". Internet das coisas caracteriza-se por ser uma rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com a Internet ou rede de computadores, sendo capaz de coletar e transmitir dados. Dito de outra forma, IoT pode ser definida como a comunicação máquina a máquina (M2M) via Internet, que permite que diferentes objetos, de carros a máquinas industriais ou bens de consumo como calçados, roupas, capacetes e demais equipamentos compartilhem dados e informações para concluir determinadas tarefas. A base para o funcionamento da IoT são sensores e dispositivos, que tornam a comunicação entre as "coisas" possível. Além disso, é preciso um sistema de computação para analisar os dados recebidos e gerenciar as ações de cada objeto conectado a essa rede. Nessa questão, a Figura 5(a) mostra um capacete integrado, via Bluetooth, com o celular, mostrando orientações do GPS, que permite enviar mensagens de texto, fazer e receber ligações telefônicas e controlar o tocador de músicas, sem o condutor da moto utilizar as mãos, sendo que a arquitetura desse dispositivo possui recursos de processamento e memória, sensores, fonte de energia e comunicação. Esses detalhes caracterizam a IoT e não RA. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado. RECURSO INDEFERIDO - QUESTÃO MANTIDA.

MATÉRIA: ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

QUESTÃO 62 – MANTIDA alternativa D. O recurso propõe passar a resposta de D para E. Isso equivale a dizer que a segunda afirmativa está incorreta (é F), e não verdadeira (V) como propõe o gabarito. No entanto, salário rígidos no curto prazo é um pressuposto básico da teoria keynesiana. É disso (pressupostos da teoria) que trata a segunda afirmativa, o que depende de cenários, como propõe o recurso. A resposta do gabarito está correta. Ver Sachs e Larrain (Macroeconomia), cap. 3, seção 3.6.

QUESTÃO 63 – MANTIDA alternativa B. 1. A terceira afirmativa da prova está incorreta, como aponta o gabarito oficial. Deve-se notar que todas as variáveis agregadas (Q, K e L), no modelo de Solow, aumentam à taxa de crescimento populacional. Atenção ao crescimento estável: uma taxa maior de crescimento da população provoca o aumento (e não a diminuição, como afirma a terceira afirmativa) do crescimento estável. Não cabe alterar a resposta do gabarito de B para A. Bibliografia de referência: Sachs e Larrain, Macroeconomia, cap. 18 (Crescimento econômico), seção 18.3. A segunda afirmativa está correta. O modelo de Solow emprega variáveis em relação à força de trabalho. Assim, a taxa de crescimento no estado estável é igual à taxa de crescimento da força de trabalho. Adicionalmente, o conceito de estado estável é o assumido pelo modelo de Solow, e não outros conceitos aplicados em outras situações de análise. Também não se indaga sobre efeitos de mudanças, nas variáveis do modelo, do nível tecnológico. A resposta do gabarito oficial deve ser mantida. O item do programa ao qual se enquadra a questão não é o item mencionado pelo recurso (5.1.2), mas o item 5.1.3 - A economia no longo prazo: produto potencial e produto efetivo; Crescimento econômico; Poupança, investimento e o papel do sistema financeiro. Assim sendo, o conteúdo pedido na questão está previsto no programa do concurso. A questão está correta. No modelo de Solow, o aumento da poupança resulta em aumento da taxa de crescimento e aumento do nível de renda per capita. A quarta afirmativa está, portanto, correta. Observar que a questão está se referindo a maior crescimento da produção (e não da produção per capita); também está se referindo ao prazo curto.

QUESTÃO 64 – MANTIDA alternativa C. A afirmativa B está correta. De fato, não havendo como obrigar um usuário a pagar pelo preço de um bem público, pois os indivíduos podem utilizá-los gratuitamente, isso não estimula a oferta privada. Esta é uma característica observada na presença de bens públicos. Ver Pindyck e Rubinfeld (Microeconomia), seção 18.5 - Bens públicos. A resposta A da questão está correta. Caracteriza os bens públicos, do ponto de vista econômico (e não bens utilizados pela administração pública), o fato de serem não-rivais e não-exclusivos; por oferecerem benefícios às pessoas a um custo marginal zero; e por não ser possível excluir alguém da possibilidade de desfrutá-los. Ver Pindyck e Rubinfeld (Microeconomia), seção 18.5 - Bens públicos. O caput da questão, que menciona "exigindo a atuação de políticas públicas", está correto. De fato, a importância da discussão econômica desse tópico (bens públicos e externalidades) diz respeito à origem de questões de política pública. Por exemplo: qual deveria ser o dispêndio do governo com a defesa do país. A

afirmativa C está incorreta (esta é a resposta do gabarito - a afirmativa incorreta). Se, através de externalidades, uma empresa pode obter custo privado inferior ao custo social, isso está beneficiando a empresa menos eficiente, e não a mais eficiente. Ver Pindyck e Rubinfeld (Microeconomia), seção 18.5 - Bens públicos.

QUESTÃO 65 – MANTIDA alternativa E. A questão visa a compreensão dos termos equidade vertical e equidade horizontal, como é empregado em Finanças Públicas. No caso da questão, como está sendo empregado por Sálvio Nascimento, em Finanças Públicas, Ed. campus. Detalhes mencionados nos recursos, como declaração de ajuste do imposto de renda, deduzir despesas antes da tributação, etc., não modificam o conceito central dos termos equidade vertical e equidade horizontal. A questão está correta - resposta E (apenas II e III).

QUESTÃO 67 – MANTIDA alternativa D. A questão trata da transferência de parte dos impostos estaduais para os Municípios. Mas especificamente, do IPVA dos veículos registrados em cada município e do ICMS arrecadado. A resposta é: 50% do IPVA e 25% do ICMS. Fonte: Art. 158 da CF, incisos III e IV. Resposta conforme gabarito publicado.

QUESTÃO 69 – MANTIDA alternativa A. A ação do Estado na arrecadação tributária pode ter importante impacto na distribuição da renda nacional. No Brasil, o sistema tributário atualmente em prática é excessivamente pesado para as camadas pobres e intermediárias de renda, o que tende a agravar a desigualdade na distribuição da riqueza. E o perfil dessa distribuição depende diretamente da natureza mais progressiva ou mais regressiva dos tributos que compõem o sistema. Nesse contexto, é correto levar em conta que: Os impostos diretos são progressivos; os indiretos são regressivos. Logo, a resposta correta é a da letra A = A natureza dos impostos indiretos é regressiva. De acordo com o gabarito publicado.

MATÉRIA: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

QUESTÃO 73 – MANTIDA alternativa B. A questão trata dos tipos de orçamento tradicional e orçamento programa, temas previstos no edital do certame. As características estão corretas de acordo com o que consta na alternativa B (P – T – P – T – P – T). Tais características podem ser conferidas em ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública – da Teoria à Prática. 2ª edição. São Paulo: Saraiva: 2015. O gabarito publicado está correto.

QUESTÃO 75 – MANTIDA alternativa A. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 7ª edição, bem como a Lei 4.320/1964, o empenho será sempre prévio. Diz a Lei: "Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.". Logo, a resposta correta é a letra A, conforme gabarito publicado.

QUESTÃO 84 – MANTIDA alternativa B. A questão trata da classificação da despesa pública - grupos de natureza de despesa, consoante edital do concurso. A questão e respectiva resposta podem ser conferidas na Portaria interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, matéria igualmente contida no edital. Portanto, a resposta correta é a da B como constou no gabarito.

QUESTÃO 85 – ANULADA. A questão trata dos prazos de encaminhamento dos projetos de lei dos instrumentos de planejamento ao legislativo (assembleia legislativa) e o retorno deles para sanção e publicação por parte do governo estadual. A matéria está contida na Constituição Estadual de 1989 - art. 152 - e na Lei Vilela - Lei 10.336/1994. Os parágrafos do referido artigo 152 foram alterados pela Emenda Constitucional 59/2011. A resposta da questão atribuída pela banca se baseou na Lei Vilela, que são divergentes dos prazos instituídos pela EC 59/2011. A referida emenda constitucional foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4629/STF, com pedido de limitar. E, ainda que a ADI tenha sido autuada em 2011, não obteve liminar e ainda não foi julgada. Portanto, tendo em vista a controvérsia jurídica. A bem da justiça para com os concorrentes, a banca recomenda a ANULAÇÃO da questão.

QUESTÃO 86 – MANTIDA alternativa A. Conforme Constituição federal: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/entenda/cartilha/cartilha.pdf>, PPA, LDO e LOA são vinculadas e embasadas entre si.

QUESTÃO 88 – MANTIDA alternativa A. Todas as afirmativas são etapas de construção, conforme KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: Balanced Scorecard. 13.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUESTÃO 90 – MANTIDA alternativa E. Por todas as afirmativas serem de suma importância para a elaboração de um planejamento estratégico, segundo o livro Plano de Negócios por necessidade. Porto Alegre: Editora Essência do Saber, 2017 e demais bibliografias sobre o tema, o gabarito será mantido.

QUESTÃO 94 – MANTIDA alternativa A. A etapa de implementação compreende a produção de resultados da política pública. Nessa etapa, as decisões políticas são transformadas em ações concretas. É a etapa de execução. Secchi (2013) traz a definição de Sabatier (1986), que apresenta dois modelos de implementação: *bottom up* e *top down*.

QUESTÃO 99 – MANTIDA alternativa B. Entre as resoluções trazidas pela CF/88 acerca da descentralização do SUS, destaco o apresentado abaixo:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Dessa forma, a alternativa b) O município deve ser responsável pela viabilização de recursos financeiros para prestação do atendimento. é a única incorreta, uma vez que exclui estados e União da disponibilização de recursos, sendo que cabe a União, estados e municípios, conforme explicitado pelo art. 198, § 2º.

QUESTÃO 100 – MANTIDA alternativa B. A Avaliação de impactos busca responder se o programa funcionou, verificar em que medida alcança seus objetivos e quais seus efeitos, e servir de suporte para futuras decisões sobre a política. É verdade que busca estabelecer relações de causalidade, contudo não exclui seu efeito de envolver o julgamento sobre hipóteses como a apresentada se a "política pública aplica-se a outras realidades ou apenas a determinados contextos", uma vez que é realizada através de desenhos quase-experimentais, que possuem alta legitimidade, e permitem estudos com altas amostragens populacionais. É a avaliação mais complexa justamente por ser capaz de responder a esse tipo de hipótese.

Porto Alegre, 13 de novembro de 2018.

Comissão de Concursos da Fundatec